

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA
EM GESTÃO EDUCACIONAL**



POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO ESCOLAR

1º semestre



PROGRAD



Ministério da Educação



Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério da Educação

Fernando Haddad

Ministro do Estado da Educação

Ronaldo Mota

Secretário de Educação Superior

Carlos Eduardo Bielschowsky

Secretário da Educação a Distância

Universidade Federal de Santa Maria

Clóvis Silva Lima

Reitor

Felipe Martins Muller

Vice-Reitor

João Manoel Espina Rossés

Chefe de Gabinete do Reitor

Alberí Vargas

Pró-Reitor de Administração

José Francisco Silva Dias

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Ailo Valmir Saccol

Pró-Reitor de Extensão

Jorge Luiz da Cunha

Pró-Reitor de Graduação

Nilza Luiza Venturini Zampieri

Pró-Reitor de Planejamento

Helio Leães Hey

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

João Pillar Pacheco de Campos

Pró-Reitor de Recursos Humanos

Fernando Bordin da Rocha

Diretor do CPD

Coordenação de Educação a Distância

Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso

Coordenadora de EaD

Roseclea Duarte Medina

Vice-Coordenadora de EaD

Roberto Cassol

Coordenador de Pólos

José Orion Martins Ribeiro

Gestão Financeira

Centro de Educação

Maria Alcione Munhoz

Diretora do Centro de Educação

Leocádio Lameira

Coordenador do Curso de Pós-Graduação

Especialização a Distância em Gestão Educacional

Elaboração do Conteúdo

Myrian Cunha Krum

Professora pesquisadora/conteudista

Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC

Carlos Gustavo Matins Hoelzel

Coordenador da Equipe Multidisciplinar

Ana Cláudia Siluk

Vice-Coordenadora da Equipe Multidisciplinar

Luciana Pellin Mielniczuk

Coordenadora da Comissão de Revisão de Estilo

Ana Cláudia Siluk

Coordenadora da Comissão de Revisão Pedagógica

Ceres Helena Ziegler Bevilaqua

Silvia Helena Lovato do Nascimento

Coordenadoras da Comissão de Revisão de Português

André Dalmazzo

Coordenador da Comissão de Ilustração

Carlos Gustavo Matins Hoelzel

Coordenador da Comissão do Design de Interface

Edgardo Fernandez

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

Coordenadores da Comissão de Desenvolvimento da Plataforma

Ligia Motta Reis

Gestão Administrativa

Flávia Cirolini Weber

Gestão do Design

Evandro Bertol

Designer

ETIC - Bolsistas e Colaboradores

Revisão Pedagógica

Andressa da Costa Farias

Angélica Cirolini

Luciana Dalla Nora dos Santos

Revisão de Português

Maria do Socorro de Alemida Farias

Sabrina dos Santos Cardoso

Projeto de Ilustração

Evandro Bertol

Design de Interface

Bruno da Veiga Turner

Evandro Bertol

Isac Corrêa Rodrigues

Lucas Müller Schmidt

Diagramação

Cleber Righi

Flávia Cirolini Weber

Desenvolvimento da Plataforma

Adílson Heck

Cleber Righi

Diego Friedrich

Sumário

Apresentação	5
UNIDADE A	
ESTADO E EDUCAÇÃO.....	6
Objetivos:.....	6
1. Nacionalismo e Educação no Brasil.....	6
2. Estado Neoliberal e Instituições Sociais	6
3. Neoliberalismo e Organização da Educação.....	6
4. Globalização e Descentralização.....	6
UNIDADE B	
LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	16
Objetivos:.....	16
1. Constituição Federal de 1988	16
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96.....	16
3. Gestão Democrática	16
4. Autonomia Escolar.....	16
UNIDADE C	
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	25
1. Diretrizes e Metas.....	25
Plano Nacional de Educação (PNE).....	25

Apresentação

A disciplina de Políticas Públicas e Gestão Escolar tem como objetivo compreender as relações entre as políticas educacionais e as políticas do macrossistema econômico. As políticas públicas são determinadas pelo Estado e implementadas através de ações do governo no exercício do Poder Executivo. Contextualizá-las é de fundamental importância para o exercício da docência na educação básica e na educação superior.

Para refletir sobre a legislação educacional brasileira é imprescindível compreendê-la através do espaço escolar como espaço público de direito da cidadania.

Para tanto, na dinamização desta disciplina, que tem duração de sessenta horas, será necessário uma interação bastante intensa entre os alunos, tutores e professor orientador. A participação nas atividades interativas será de suma importância, em que as “trocas de experiências” incidirão em reflexões sobre os diferentes espaços de atuação dos alunos. A produção de pequenos escritos pelos alunos fará da disciplina um espaço reflexivo sobre suas próprias práticas com a intenção de intervir propositivamente nos diferentes espaços de exercício profissional. No processo de desenvolvimento da disciplina, além das atividades propostas, serão necessários leituras complementares, paralelas para subsidiar a compreensão de aspectos legais.

UNIDADE A

ESTADO E EDUCAÇÃO

Objetivos:

- relacionar neoliberalismo, globalização e educação;
- perceber o papel do Estado na educação;
- compreender através da Conferência Mundial de Educação para Todos o significado desses conceitos.

1. **Nacionalismo e Educação no Brasil**
2. **Estado Neoliberal e Instituições Sociais**
3. **Neoliberalismo e Organização da Educação**
4. **Globalização e Descentralização**

Compreendendo que, nesta unidade o objetivo maior é a relação dos diferentes conceitos que serão apresentados, não dividiremos as sub unidades, mas as trataremos conjuntamente e concomitantemente.

Para iniciarmos esta unidade, faz-se necessário rever alguns conceitos, que são importantes, para facilitar novas compreensões acerca dos assuntos que serão estudados.

Com este propósito, os temas são: Globalização, Política, Estado, Governo, Cultura e duas dimensões da Gestão: Gestão Educacional e Gestão Escolar, trazendo uma pequena abordagem conceitual sobre cada uma dessas categorias.

Como ponto de partida, cabe perguntar: o que é globalização?

A palavra globalização é utilizada “para expressar uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito e a etapa do desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente” Libâneo (2005, p.70)

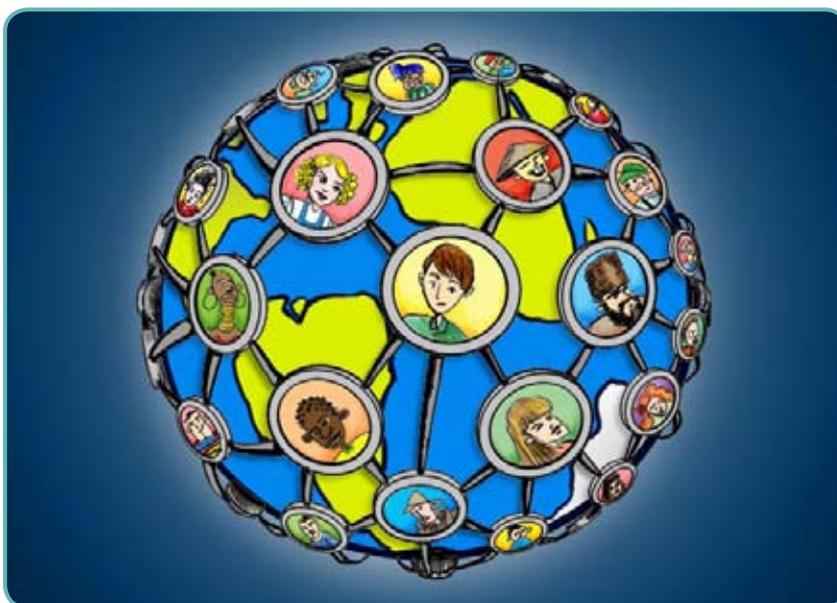


Figura A.1

A globalização se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado. Sendo assim, compreende-se por globalização o processo de integração global numa mesma lógica de mercado, em que todos os países estão interligados e como consequência se ressentem com mudanças que ocorrem em um ou outro local.



Figura A.2

Política é entendida como a “ciência que ordena e racionaliza, com base numa determinada ideologia, toda a ação que o homem realiza em diversas instâncias, entre elas o Estado. A diferenciação ideológica permite definir de diversas maneiras a essência e a função do Estado em relação ao homem, dando origem a diferentes sistemas econômico-sociais” (cf. DB - Mercosul).

Estado corresponde ao setor da sociedade delimitada por documentos legais, seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal. É responsável pelo bem estar dos cidadãos que moram e convivem em tal território.

Governo corresponde aos órgãos que conduzem a política do País. Os governantes eleitos democraticamente pelo povo ou não, são responsáveis pela administração pública por determinado período, exercendo funções políticas, legislativas e administrativas, na esfera municipal, estadual ou federal.

Para definir **gestão educacional**, Vieira (2006, p. 35) afirma que “refere-se a um amplo aspecto de iniciativas desenvolvidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino ou de outras ações que desenvolvem no âmbito específico de sua atuação” .

Gestão escolar corresponde às ações desenvolvidas no âmbito da escola. Elas englobam atividades de organização, planejamento,

acompanhamento e avaliação.

Percebe-se, então, que a gestão educacional corresponde ao macrosistema e existe em função da gestão escolar. Essa, por sua vez, situa-se na microsistema e tem por finalidade a garantia do ensino e aprendizagem a todos os cidadãos.

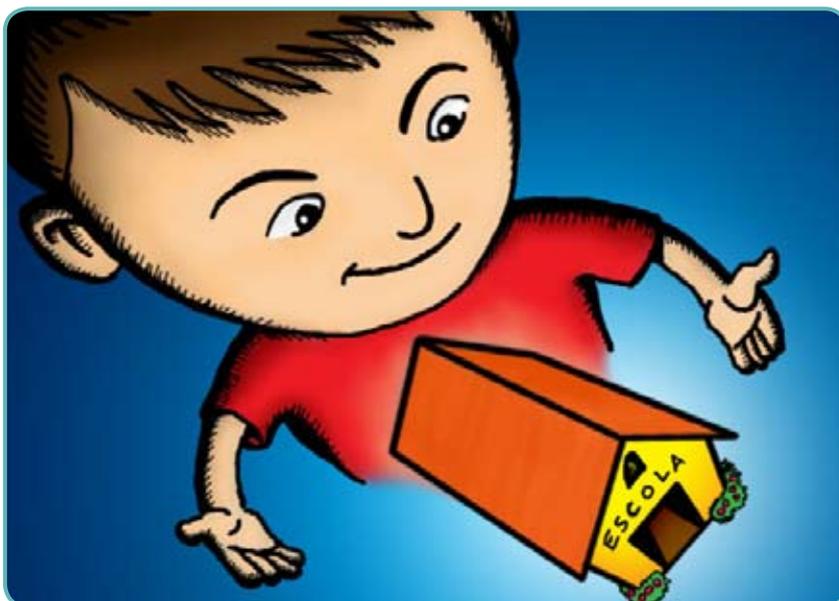


Figura A.3

ATIVIDADE

ATIVIDADE A.1: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

Cultura são representações acerca do mundo social que contribui como algo com sentido para os sujeitos. Busca explicar o que os seres humanos fizeram e fazem com a realidade do mundo físico e social .

O que afeta a cultura afeta a educação. Logo, acaba afetando todos os sujeitos. Os movimentos que a cultura segue projetam-se nos conteúdos a transmitir, aos quais atribuímos uma validade, assim como nos modos de comunicá-los. A cultura está em processo de mudança constante. Isso influi substancialmente na legitimidade e na confiança de todo um conjunto de idéias, instituições e práticas que vínhamos sustentando na educação.

A evolução da educação no Brasil deve ser compreendida a partir da realidade concreta criada pela herança cultural, evolução econômi-

ca e estruturação do poder político. Cultura é muito mais do que a escola transmite e daquilo que as sociedades determinam como valores a serem preservados através da educação.

“Cultura é humanização”, “processo que nos faz homens”. Ainda segundo Romanelli, (1987, p.20), é o “processo de transformação do mundo e simultaneamente do homem”. Ela é processo e produto. Processo, através da ação contínua e recíproca do homem com o meio e produto como resultado dessa ação, levando a novos desafios, à percepção, à sensibilidade, à inteligência e à imaginação humanas. A cultura se faz num tempo e num espaço determinados. Logo, o homem, o meio e o tempo são circunstâncias em que a cultura é gerada.

As trocas culturais deveriam buscar enriquecimento mútuo. Na nossa colonização, essas trocas se fizeram de diferentes formas. As culturas indígenas foram aniquiladas em detrimento de uma transferência pura e simples dos padrões culturais europeus para as terras das Américas. Isso influenciou nos hábitos da vida diária, nas idéias, nas formas de atividade econômica, nas formas de organização social e política, conseqüentemente formas de educação. Porém, essa “transferência” não foi completa uma vez que, as circunstâncias eram outras. Houve adaptações mais profundas para questões mais relevantes, adaptações mais superficiais para questões menos importantes, entre elas a educação. Esse processo se constituía através das camadas sociais dominantes, contribuindo para manter a distância entre esta e as demais camadas sociais.

Anísio Teixeira, apud Romanelli (1987, p.22), ao analisar as características assumidas pela imitação de modelos de cultura intelectual importados, em relação ao processo de colonização no Brasil, observou uma duplicidade de propósitos na evolução da sociedade e do sistema educacional. Duplicidade observada pela dicotomia entre “valores reais e valores proclamados”, marcando a herança cultural transmitida pela ação das escolas brasileiras, tão propensas a importar modelos de pensamentos e ação pedagógicos.

A história dos povos, das nações e do mundo assinala várias configurações histórico-sociais mais ou menos abrangentes como o colonialismo, imperialismo, capitalismo, socialismo.

O globalismo é uma dessas configurações que convive com as mais diversas formas sociais de vida e de trabalho, mas que também assinala condições e possibilidades, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes.

A base do globalismo, na forma como se apresenta no final do século XX, é o capitalismo. A globalização do capitalismo instituiu uma nova configuração histórico-social através da globalização do mundo, intensificada desde a Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria.

Generalizam-se as relações, os processos e as estruturas em que os indivíduos e as coletividades compõem grupos sociais, classes sociais, povos, tribos, clãs, etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores.

Originam-se diferentes realidades sociais, econômicas, políticas, culturais que emergem e se dinamizam com a globalização do mundo, ou a formação da sociedade global.



Figura A.4

Globalizam-se as relações, os processos, as estruturas que configuram a dinâmica das empresas e das corporações, do mercado e do planejamento, das técnicas produtivas e das formas de organização do trabalho social.

Os princípios da produtividade, competitividade e lucratividade indicam a generalização e intensificação do consumismo, identificando novas expectativas e comportamentos. É a mundialização das instituições, dos padrões e dos valores socioculturais, das formas de agir, sentir, pensar e imaginar. Nem sempre se anula o que existe, mas em geral se modifica o lugar e o significado do que existe. Os localismos, nacionalismos e regionalismos tanto se modificam como se reafirmam, naturalmente, em outros termos, com outros elementos, compreendendo outros significados.

A globalização se apresenta como um cenário não só problemático, mas também contraditório.

O globalização inaugura um novo ciclo na história, com novos significados e conotações de tempo e espaço, de geografia e história, de passado e presente, de identidade. Muda o significado de grupo social,

de partido político, de movimento social, de opinião pública, com a transnacionalização do capitalismo e a generalização dos meios de comunicação, de informação, de interpretação, decisão e implementação. O indivíduo localiza-se e movimenta-se simultaneamente em âmbito local, nacional, regional e mundial. São as diferentes realidades que suscitam interpretações simultaneamente particularizantes e globalizantes.

A comparação é inevitável. Comparam-se localidades, nações e nacionalidades, assim como relações, processos e estruturas, em suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Tudo isso envolvendo geografia e história, passado e presente, demografia e etnia, religião e língua.

O processo de globalização impôs novos padrões econômicos e sociais para todas as nações, como a organização dos movimentos populares pela democracia, pela igualdade e pela inclusão, pelo respeito, reconhecimento e acolhimento da diversidade social.

O capitalismo desencadeou uma ampla reestruturação produtiva a nível mundial, determinando novas formas de relação entre Estado e Sociedade, indicando, para a educação, qualidade com menor custo e maior flexibilidade.

Sacristán (2002, p.92), partindo do pressuposto de que educação é uma forma de universalizar traços da cultura e, ao mesmo tempo, é afetada pela globalização, porque incide sobre os sujeitos, afeta os conteúdos escolares, a relação escola-meio externo e as políticas educacionais, indica as conseqüências do processo de globalização para a educação:

- a. restrição dos investimentos públicos para a educação. Organismos internacionais impuseram suas prioridades orçamentárias, linguagens e políticas educacionais;
- b. políticas educacionais de diferentes países semelhantes frente às demandas da economia, tecnologia e ciência globalizada, mostrando as mesmas prioridades;
- c. a educação relaciona-se com a preparação distante ou próxima para o mundo do trabalho. A globalização econômica tem efeitos sobre a distribuição da atividade produtiva entre países e regiões do planeta, à margem de fronteiras nacionais e sobre os sistemas escolares;
- d. agravamento das desigualdades, dificultando a realização universal do direito à educação e condicionando os estilos de gestão dos sistemas escolares, pressionados pela demanda de qualidade interpretada conforme os parâmetros econômicos. Educação como “mercadoria”;

e. a globalização cultural é mais forte do que em outras áreas. A emancipação individual e social, as liberdades e a autonomia dos sujeitos têm de ser propostas considerando-se as limitações globais que as dificultam;

f. o objetivo de “transmissão-recriação” do conhecimento e da cultura em geral fica afetado em seus conteúdos e em relação à legitimidade com a qual podemos defendê-los. Tudo o que estiver relacionado com a satisfação do direito à educação deverá levar em consideração as derivações da diversidade cultural;

g. repensar as funções das “subjetividades”, destacando as identidades pessoais, em um contexto em que mudam depressa e tornam-se mais complexas as referências nas quais as pessoas desenvolvem-se.

Para refletir....

Como trabalhar as diferenças numa sociedade globalizada através da aprendizagem dos sujeitos? Assimilar cultura é assimilar conteúdos escolares. Qual desafio se coloca à educação e qual missão lhe corresponde na sociedade globalizada? A educação deve se deter no que é particular ou no que nos relaciona e, nesse sentido, é universalizador?

As escolas, instituições sociais como espaços públicos, visam à educação democrática, por isso cabe a elas o desafio de manutenção das liberdades individuais e a diversidade cultural. Sacristan (2002, p. 95) afirma

a educação é motivo de progresso para os sujeitos porque os transforma, de algum modo, em parte de uma comunidade cultural mais ampla e porque os conduz ou os ajuda a ir além de onde estão, porque lhes proporciona o que eles não têm e os conteúdos da experiência que lhes são alheios. A escola foi e pode continuar sendo um agente modernizador se ampliar as referências culturais daqueles que a frequentam. Ensinar a ler e a escrever, por exemplo, não é “natural” para quem não dispõe dessas habilidades, através das quais a educação abre horizontes.

 **ATIVIDADE**

ATIVIDADE A.2: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

O neoliberalismo é uma resposta à crise econômica do sistema capitalista de produção, questionando o papel do Estado como centro do processo produtivo. É a redução do papel do Estado na esfera econômica e social.

O neoliberalismo nasce do combate às teses Keynesianas (Estado Forte). Entendia-se “forte” por ser mais democrático, voltado para os direitos sociais e direitos de ganhos de produtividade do trabalhador, bem como o desenvolvimento de nações independentes.

Este Estado se manteve até o final da Segunda Guerra Mundial destacando o espírito nacionalista das nações do mundo ocidental. O Estado assume o papel de investidor naqueles setores em que a iniciativa privada é incapaz ou não tem interesse de investir, mas que são vitais para o desenvolvimento econômico, tais como: energia, transportes, comunicações, bens de capital e serviços, inclusive os sociais.

O neoliberalismo, a partir da nova ordem internacional reformulada sob as novas condições do desenvolvimento da ciência e da tecnologia favorece os principais países capitalistas, determinando a dependência dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

O modelo neoliberal se implanta no Brasil, nos anos 60, reorganiza-se nos anos 90, decorrente da globalização econômica, exigindo da educação em novo tipo de cidadão.

O processo de globalização, configurado historicamente na virada do século, caracteriza-se pela formação de um mercado único e global

As relações econômicas, tanto produtivas quanto financeiras, ultrapassam as fronteiras nacionais, desregulamentando, desregrando os chamados mercados nacionais, e constroem a macroeconomia constituindo os mercados emergentes, nas regiões periféricas do capitalismo, articulados com a formação dos chamados mercados regionais.

É a globalização do trabalho, do dinheiro, do mercado. Tudo pode ser comprado, produzido ou vendido em qualquer parte do mundo. Essa racionalização de produção diminui postos de trabalho, aumenta o desemprego, desvaloriza a força de trabalho.

Além de características econômicas e políticas, é inegável que a globalização é um fenômeno cultural, na medida que combina entre a expansão econômica e o aperfeiçoamento dos meios de comunicação e favorece uma maior homogeneização dos valores culturais e aponta para a possibilidade de padronização dos indivíduos.

Não é à toa que a globalização possibilita que, nas mais diferentes partes do mundo, os indivíduos possam consumir os mesmos produtos e aderir a valores culturais semelhantes.



Figura A.5

Assim, tão importante quanto os aspectos político-econômicos é o fato de que a globalização também pode ser definida a partir da tentativa de formação de um novo tipo de cidadão adaptado às exigências do capitalismo internacional: menos solidário e mais consumista.

Portanto, a globalização, através de uma economia de mercado, desqualifica o papel do Estado frente às políticas educacionais.

Nesse contexto, em 1990, ocorreu a Conferência Mundial de Educação Para Todos, conhecida como Conferência de Jontien, na Tailândia, tornando-se um marco nas políticas educacionais internacionais, conseqüentemente também para o Brasil, cujo principal objetivo era o de “elevar o nível de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”.

A “qualidade da educação básica” era a prioridade para a década, através da educação primária (ensino fundamental). Porém, essa “visão ampliada” da educação básica resultou numa “visão restrita”, em que uma das agências patrocinadoras e organizadoras da Conferência, o Banco Mundial, defendia a educação através de critérios próprios do mercado e comparava a escola a uma empresa.

ATIVIDADE

ATIVIDADE A.3: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE B

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Objetivos:

- identificar na Constituição Federal os princípios da educação nacional que apontam para a descentralização administrativa;
- relacionar os princípios constitucionais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- verificar a organização da educação brasileira à luz da gestão democrática na LDB 9394/96;
- buscar, junto a instituições escolares, situações que apontam para a autonomia escolar.

1. Constituição Federal de 1988

2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96

3. Gestão Democrática

4. Autonomia Escolar

Mudanças são necessárias frente às transformações decorrentes do processo de globalização, intensificando as demandas por educação.

O (re) ordenamento constitucional, legal e institucional, empreendido principalmente a partir da década de 80, foi um elemento importante para a democratização da educação.

Superar o acesso para a permanência, democratizar práticas pedagógicas, administrativas de gestão financeira eram reivindicações para uma educação de qualidade que deram origem ao princípio constitucional da “gestão democrática no ensino público”.

A educação, assim como outras áreas: saúde, trabalho, lazer, segurança, dentre outras, é um direito social assegurado a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal de 1988.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

O direito à educação se viabiliza por meio da escola, enquanto instituição responsável pela transmissão do conhecimento e do saber sistematizado.



Figura B.1

A finalidade da educação, segundo a Constituição Federal de 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada

com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 reforça estes preceitos constitucionais através do

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na LDB, há uma definição ampla sobre educação, que deixa claro sobre o que a lei irá tratar, ou seja, educação escolar, focando seu desenvolvimento por meio do ensino em instituições próprias, definindo um vínculo entre a escola, o mundo do trabalho e a prática social. |

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Os princípios que orientam a educação nacional CF art 206 inc I a VII são retomados e ampliados na LDB art 3º inc. I a XI. Eles são as bases que orientam a organização e estrutura do sistema educacional.

Art. 206.da CF 88. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

LDB 9394/96 Art. 3º

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Esses são princípios amplos de conceber a educação e as modalidades de gestão que nela se articulam.

A gestão da educação, como tomada de decisões, utilização racional de recursos para a realização de determinados fins, necessita ser repensada e resignificada à luz da “cultura globalizada”, visando seus compromissos maiores com a fraternidade, solidariedade, justiça social e a construção humana do mundo. A gestão da educação é a “humanização da formação para a cidadania por meio de conteúdos

que possam desenvolver seres humanos fortes intelectualmente, ajustados emocionalmente, capazes tecnicamente e ricos de caráter” (Ferreira, 2003). É a formação de um novo cidadão do mundo.

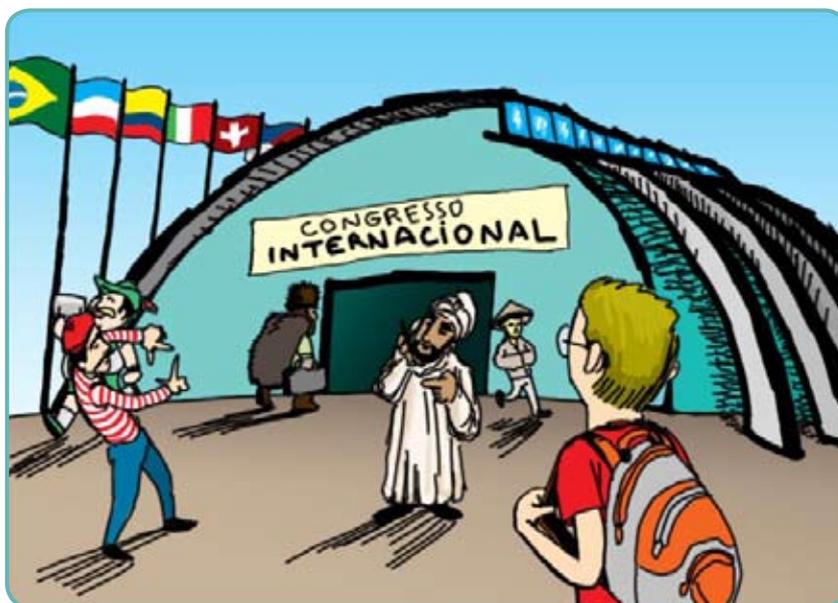


Figura B.2

A cidadania, neste contexto, necessita constituir-se de todos os elementos e recursos que permitam ao novo cidadão ter a possibilidade de transitar entre as culturas dos diferentes povos. É a compreensão democrática de respeito a todas as diferenças e com a permanente possibilidade de acesso aos recursos necessários a essa formação. A cidadania é também uma formação que respeite as diferenças e os direitos de todos através da “ética humana”, de solidariedade.

Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização e atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades.

Gestão na educação está calcada nos princípios da “sabedoria de viver junto respeitando as diferenças, comprometida com a construção de um mundo mais humano e justo para todos os que nele habitam, independentemente de raça, cor, credo ou opção de vida” (Ferreira, 2004)



Figura B.3

É tomar decisões, organizar , coordenar políticas educacionais na escola, comprometendo-se com a formação desta cidadania, no contexto da “cultura globalizada”.

Gestão democrática da educação é humanizar a formação na cultura globalizada, dirigida pelo capitalismo.

A descentralização do ensino atribui à escola maior poder de decisão e autonomia.

A escola tem sido a unidade básica e espaço de realização dos objetivos e metas do sistema educativo

Nas idéias neoliberais, colocar a escola no centro das políticas significa liberar o Estado, diminuir as suas responsabilidades, dentro da lógica de mercado, deixando às comunidades e às escolas a iniciativa de planejar, organizar e avaliar os serviços educacionais.

Porém, buscamos a maior participação dos profissionais da comunidade escolar a partir de seus interesses, necessidades e iniciativas, interações (autonomia e participação) em função do interesse público dos serviços educacionais prestados, sem desobrigar o Estado de suas responsabilidades.

Como humanizar a educação através das políticas educacionais num contexto globalizado, neoliberal (livre mercado), de desenvolvimento tecnológico ?

Através da educação, “instrui-se” os “cidadãos”, tornando-os aptos ao mercado de trabalho.

Nesse contexto, a educação é um elemento facilitador dos processos

de acumulação capitalista.

O desenvolvimento da tecnologia favorece o surgimento de uma nova sociedade, marcada pela técnica, pela informação e pelo conhecimento. É a chamada “sociedade do conhecimento”.

O desenvolvimento dos países está diretamente relacionado ao seu crescimento econômico.

A educação constitui um problema econômico na visão neoliberal, já que é o elemento central desse novo padrão de desenvolvimento.

Qualificar a educação, nesse contexto, é garantir condições de promoção da competitividade, da eficiência e da produtividade demandadas e exigidas pelo mercado.

Exige-se um novo perfil de trabalhador, mais produtivo, polivalente, flexível, versátil, qualificado intelectual e tecnologicamente e capaz de se submeter a um contínuo processo de aprendizagem.

Conseqüentemente, aumenta a demanda por uma educação de maior nível, mais flexível, mais polivalente, promotora de novas habilidades cognitivas e competências sociais e pessoais, que proporcione também um bom domínio de linguagem oral e escrita, de conhecimentos científicos básicos e de iniciação à informática.

A universalização e a melhoria da qualidade de ensino, a elevação da escolaridade, a preparação tecnológica e a formação geral, abstrata, abrangente e polivalente dos trabalhadores são fundamentais para toda a sociedade, buscando a garantia da igualdade de oportunidades.

Impactos desse contexto podem e devem ser absorvidos, através de perspectivas democráticas de construção de uma sociedade moderna, justa e solidária, o que não significa aniquilação da diversidade e das singularidades dos sujeitos.

Uma sociedade de conhecimento e aprendizagem requer sujeitos sociais com competências e habilidades para a participação na vida social, econômica e cultural, gerando a construção de uma sociedade democrática na forma e no conteúdo.



Figura B.4

Libâneo (2003, p. 118)) aponta três responsabilidades à educação pública, no contexto da sociedade contemporânea:

- ser agente de mudanças - capaz de gerar conhecimentos e desenvolver a ciência e a tecnologia;
- trabalhar a tradição e os valores nacionais frente à pressão mundial de descaracterização da soberania das nações periféricas;
- reparar cidadãos capazes de entender o mundo, seu país, sua realidade e de transformá-lo positivamente.

O autor indica três objetivos para a construção de uma educação pública de qualidade no contexto atual:

- preparação para o processo produtivo e para a vida em uma sociedade técnico-informacional.

Cabe à educação escolar centrar-se:

- » na formação geral, cultural e científica que permita a diversidade/integração de conhecimentos básicos da ciência contemporânea e de habilidades técnicas que fundamentam os novos processos sociais e cognitivos
- » na preparação tecnológica e no desenvolvimento de saberes e habilidades e atitudes básicas estimulando a capacidade de tomar decisões, fazer análises globalizantes , interpretar infor-

mações, pensar estrategicamente, desenvolver flexibilidade intelectual;

» no desenvolvimento de capacidades cognitivas e operativas encaminhadas para um pensamento autônomo, criativo e crítico.

- Formação para a cidadania crítica e participativa, desenvolvendo competências sociais de relações grupais e intergrupais, capacidades sociocomunicativas, de iniciativa, de liderança, de responsabilidades, de solução de problemas.

- Formação ética (valores e atitudes). Desenvolvimento de competências comunicativas através de diálogo e consenso.

Para refletir....

Se a globalização é uma tendência do capitalismo que, com o neoliberalismo, impõe aos países periféricos a economia de mercado global, sem restrições, então a competição se torna ilimitada e ocorre a minimização do Estado na área econômica e social.

Há um descompromisso do Estado ao descentralizar ações para a comunidade, desobrigando-se de manter políticas públicas, especialmente as sociais, repassando encargos para outras instâncias administrativas institucionais, porém sem poder decisório.

A consequência tem sido o crescimento do desemprego e da exclusão social.

 **ATIVIDADE**

ATIVIDADE B.1: Entre em contato com o professor para receber as informações referentes a esta atividade.

UNIDADE C

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1. Diretrizes e Metas

Plano Nacional de Educação (PNE)

Lei 10172, em 9 de janeiro de 2001, resultante da discussão no Congresso Nacional (Câmara e Senado) de dois projetos de lei, um do Ministério da Educação e outro da sociedade civil brasileira. Esse processo indicava a existência de conflitos e de interesses diversificados de seus autores; desde o diagnóstico dos problemas até a discordância na identificação das necessidades educacionais e em relação aos recursos financeiros destinados a execução do plano.

A duração de dez anos do plano possibilita a continuidade das políticas educacionais independentemente do governo, caracterizando-o mais como plano de Estado do que plano governamental. Duração de dez anos: 2001 até 2010. Estados, Municípios e Distrito Federal devem elaborar planos decenais correspondentes adequando-os às especificidades locais.

O plano prevê a avaliação periódica do PNE pelo Poder Legislativo e o acompanhamento da sociedade civil organizada. Refere-se a todos os níveis e modalidades da educação, sendo que o primeiro nível deve ser submetido à aprovação do Congresso Nacional, por exigência da Constituição Federal de 1988 (art. 214), assim como da LDB 9394/96 (art. 87 p. 1º).